

## ARTIGO

## SE A GESTÃO DAS POLÍTICA EDUCACIONAIS É FEITA POR PROFESSORES, ONDE ESTÃO OS ESTUDOS SOBRE O TEMA?

IF EDUCATION POLICY IS MANAGED BY TEACHERS, WHERE ARE THE STUDIES ON THE SUBJECT?

Angelo Dantas de Oliveira<sup>1</sup>

✉ <https://orcid.org/0000-0001-8276-1214>

Elizeu Clementino de Souza<sup>2</sup>

✉ <https://orcid.org/0000-0002-4145-1460>

### RESUMO

O presente texto apresenta um levantamento em formato de estado da arte sobre o tema formação de professores, e sua interface com a atuação dos professores na gestão de políticas públicas educacionais perante os sistemas de ensino. O objetivo do mapeamento consiste em identificar e registrar produções acadêmicas que discutam a relação entre formação docente e a gestão de políticas educacionais junto aos sistemas de ensino. O recorte temporal proposto foi o período 2001 a 2022, e a perspectiva metodológica está ancorada num estado da arte construído a partir de teses e dissertações inseridas no Catálogo de Teses e Dissertações, disponibilizado pela plataforma virtual da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para realizar o levantamento foi utilizado como critérios de referência um descritor para buscar as produções sobre formação de professores, presente nos títulos, resumos e palavras-chave das produções dos mestrados e doutorados em educação. O texto tem como suporte teórico Ferreira (2021), Marli André (2002; 2010); André e Romanowski (1999); Brzezinski e Garrido (2006); Brzezinski (2014); Gatti, André e Barreto (2011); Raimundo e Fagundes (2018), dentre outros. À guisa de considerações, registramos que apesar de uma produção considerável sobre a formação de professores desenvolvidos nas pesquisas realizadas pelas Instituições de Ensino Superior no Brasil, há uma invisibilidade ou desinteresse em estudar a formação e a atuação dos professores como gestores de políticas públicas educacionais.

**Palavras-chave:** Estado da Arte. Formação de Professores. Políticas Públicas Educacionais. Professores Gestores.

### ABSTRACT

This text presents a state-of-the-art survey on the topic of teacher training and its interface with teachers' performance in the management of public education policies

<sup>1</sup>Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (PPGEduC - UNEB). Professor da Rede Estadual de Ensino, junto a Secretaria Estadual de Educação da Bahia (SEC/BA), Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: angelodantaso@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Educação (UFBA). Pró-reitor de Pesquisa e Ensino de Pós-graduação (PPG-UNEB), Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: esclementino@uol.com.br.

within education systems. The objective of the mapping is to identify and record academic productions that discuss the relationship between teacher training and the management of educational policies within education systems. The proposed time frame was from 2001 to 2022, and the methodological perspective is anchored in a state-of-the-art survey based on theses and dissertations included in the Thesis and Dissertation Catalog, made available by the virtual platform of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). To conduct the survey, a descriptor was used as a reference criterion to search for publications on teacher training, present in the titles, abstracts, and keywords of master's and doctoral theses in education. The text is based on the theoretical work of Ferreira (2021), Marli André (2002; 2010); André and Romanowski (1999); Brzezinski and Garrido (2006); Brzezinski (2014); Gatti, André, and Barreto (2011); Raimundo and Fagundes (2018), among others. As a consideration, we note that despite considerable production on teacher training developed in research conducted by Higher Education Institutions in Brazil, there is an invisibility or lack of interest in studying the training and performance of teachers as managers of public education policies.

**Keywords:** State of the Art; Teacher Training; Educational Public Policies; Teacher Managers.

## 1. INTRODUÇÃO

O conteúdo deste texto visa abordar uma reflexão sobre a formação de professores e a sua atuação como gestores de políticas públicas educacionais junto aos sistemas de ensino. Ele consiste em um fragmento da pesquisa doutoral, iniciada em 2022, intitulada “NARRATIVAS DES-VELADAS: trajetória de vida e formação de professores gestores de políticas educacionais na Bahia”, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEdUc, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

A opção por estudar o tema da formação de professores e a sua atuação como gestores de políticas públicas educacionais foi influenciada pela atuação como professor formador junto ao Programa de Apoio a Educação Municipal (Proam), vinculado à Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SECBA). Nessa atuação laboral surgiram as inquietações sobre a legalidade e a legitimidade da atuação dos professores licenciados, junto a gestão das políticas educacionais indutivas, implementadas pelo Ministério da Educação em forma de pactuação interfederativa junto aos Estados e aos municípios.

Ao tomar como parâmetro reflexivo os dispositivos normativos que regula e regulamentam a formação docente (Constituição Federal, Lei nº 9.394/1996, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Docente), apontamos como objetivo inventariar as pesquisas no formato de estado da arte sobre a formação

de professores, e, a partir delas, identificar os registros ou silenciamentos sobre a formação de professores para a gestão de políticas públicas educacionais junto aos sistemas de ensino, contidos na plataforma Catálogo de Teses e Dissertação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Partimos assim da compreensão de que o estado da arte, ao inventariar uma produção acadêmica específica, se compromete a problematizar a mesma ao conseguir “ordenar uma ‘biblioteca’ formada por um conjunto de documentos (partes) que pode ser organizada e operada por intersecção, ajuntamento, de semelhanças e diferenças e interpretada pelo seu todo” (Ferreira, 2021, p.11).

Para a caracterização do mapeamento sobre as pesquisas sobre a formação de professores para a gestão das políticas educacionais tomamos como referência o pioneirismo das pesquisas realizadas por André (1999, 2002; 2010), Brzezinski e Garrido (2006, 2014); Brzezinski (2014), Gatti e Barreto (2009, 2011), assim como, o trabalho mais recente desenvolvido por Raimundo e Fagundes (2018). Os estudos pioneiros de André, Brzezinski e Garrido, concorreram para a produção da Série Estado do Conhecimento, que teve o apoio institucional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Sob a influência dessa Série, que teve como pergunta geradora “O que dizem as dissertações e teses?”, apontamos para a seguinte questão motriz: O que dizem as dissertações e teses sobre a formação de professores para a gestão de políticas públicas educacionais?

Para dar conta, nesse texto, de responder à pergunta motriz acima, apontamos inicialmente para os estudos pioneiros e a construção do estado da arte que culminou na produção da Série Estado do Conhecimento. Em seguida, trazemos outros estudos decorrentes deles e que abrangem um recorte temporal mais recente. Por fim, trazemos um levantamento realizado por nós no Catálogo de Teses e Dissertação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que fez um recorte temporal entre os anos 2001-2022.

## 2. ESTADO DA ARTE SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

Para delinear a cartografia sobre as pesquisas que trazem a formação de professores como tema, partimos da compreensão de que ele está consolidado como campo do saber. Isso pode ser constatado a partir do texto de Marli André

## SE A GESTÃO DAS POLÍTICA EDUCACIONAIS É FEITA POR PROFESSORES, ONDE ESTÃO OS ESTUDOS SOBRE O TEMA?

(2010) “*Formação de professores: a constituição de um campo de estudos*”, que traz um conjunto de reflexões produzidas por diversos estudos sobre o objeto a que se destina a formação docente, e conclui que ela ocorre ao longo da vida profissional.

O que podemos concluir das leituras dos autores mais recentes é que a formação docente tem que ser pensada como um aprendizado profissional ao longo da vida, o que implica envolvimento dos professores em processos intencionais e planejados, que possibilitem mudanças em direção a uma prática efetiva em sala de aula (Marli André, 2010, p.176).

Em texto recente, intitulado “*Escolas e Professores: proteger, transformar, valorizar*”, em que se propôs a refletir sobre a formação de professores após a pandemia da Covid-19, Nóvoa (2022) reafirma a relevância da formação docente como um percurso, que, para ele deve ser fortalecido na relação entre a formação e a profissionalização.

Por isso, quis chamar a atenção, ao longo deste ensaio, para a relação entre a formação e a profissão e, em particular, para o período entre a formação e a profissão. É neste tempo entre-dois que, verdadeiramente, nos tornamos professores, que adquirimos uma pele profissional que se enxerta na nossa pele pessoal (Nóvoa, 2022, p.103).

Nesse mesmo texto, Nóvoa coloca a formação docente como elemento central para a defesa da escola pública, que, para ele, só será fortalecida com o combate a fragilização da profissão docente, e a sua redução ao aspecto estrito da docência, pois “não pode haver uma profissão forte se a formação de professores for desvalorizada e reduzida apenas às disciplinas a ensinar ou às técnicas pedagógicas (Nóvoa, 2022, p.103). O seu posicionamento, ao apontar caminhos para a formação docente para além do ensino, possibilita que nos alinhemos com as inquietações que orientam a escrita desses textos, ao permitir a reflexão sobre a formação de professores para a gestão de políticas públicas educacionais.

Os estudos pioneiros sobre a formação de professores, a partir dos referenciais estabelecidos por André et al (1999), foram o fio condutor da Série *Estado do Conhecimento*, produzida pelo INEP, que se constituiu a partir de

momento distintos (1990-1998; 1997-2002; 2003-2010). O primeiro foi conduzido por Marli André e foi publicado em 2002, o segundo foi desenvolvido por Brzezinski e Garrido e publicado em 2006, e o último foi conduzido por Brzezinski e publicado em 2014. Esses estudos contribuíram para uma das funções essenciais do INEP, que é a produção de dados e informações qualificadas para subsidiar as discussões sobre a elaboração de políticas públicas de formação de professores pelo Estado brasileiro.

Ao apresentar uma síntese do primeiro ciclo da pesquisa (1990-1998) sobre a formação de professores, e que se constituiu no relatório *Formação de Professores no Brasil (1990-1998)*, primeiro texto da Série *Estado do Conhecimento*, André (2002) sinalizou que os aspectos enfatizados são muito limitados. Para os objetivos desse texto se observa que, ao não contemplar a formação de professores para além da docência, concorre para o silenciamento da atuação dos professores em outras atividades laborais dentro dos sistemas de ensino, como a gestão de políticas públicas educacionais.

Uma visão geral dos conteúdos abordados pelas pesquisas dos discentes revela que a maioria dos estudos está centrada em aspectos pontuais, como uma disciplina, um curso ou uma proposta específica de formação. As grandes preocupações nesses trabalhos são com o currículo ou com a estrutura e o funcionamento do curso. Essas questões, embora importantes, restringem muito o conhecimento sobre o tema da formação docente, porque apresentam uma visão muito fragmentada e, portanto, parcial da temática. Mesmo quando os trabalhos abordam um conteúdo importante no processo de formação, como o docente ou o aluno, os aspectos enfatizados são muito limitados: representações, concepções, opiniões pessoais. O resultado é um quadro também parcial da formação docente, que deixa muitas questões abertas sobre que processos e práticas de formação seriam mais efetivos no contexto da educação brasileira e que políticas deveriam ser formuladas tendo em vista essa formação (André, 2002, p.31).

Ao retomarmos o texto de André (2010), “*Formação de professores: a constituição de um campo de estudos*”, que discute a formação de professores como campo de estudo, notamos que a autora reforça a centralidade da formação na docência. Dessa maneira, ao citar Mizukami et al. (2002), Imbernón (2002), Garcia (1999, p.26), a autora aponta a convergência dos seus argumentos e fundamentos para uma narrativa que comprehende a atuação dos professores essencialmente na docência. Assim, ao citar Garcia (1999, p.26) ela

## SE A GESTÃO DAS POLÍTICA EDUCACIONAIS É FEITA POR PROFESSORES, ONDE ESTÃO OS ESTUDOS SOBRE O TEMA?

---

indica formação inicial ou continuada “possibilitam aos professores adquirir ou aperfeiçoar seus conhecimentos, habilidades, disposições para exercer sua atividade docente, de modo a melhorar a qualidade da educação que seus alunos recebem”. Dessa forma, reiteramos que os estudos pioneiros sobre a formação de professores silenciaram sobre a formação para além da docência.

O segundo estudo, conduzido por Brzezinski e Garrido, foi publicado em 2006, e trouxe uma inovação no seu título ao substituir a palavra professores por profissionais da educação, sendo então intitulado *Formação de Profissionais da Educação (1997-2002)*. A justificativa para a mudança de nome está numa compreensão do grupo que conduziu os estudos de que houve uma ampliação do campo da investigação sobre a formação dos profissionais da educação no Brasil, ao tomar como referência o período 1997-2002, em virtude da influência da implementação da Lei nº 9.394/1996 e da Resolução CNE nº 3, de 8/10/1997, que definem os trabalhadores da educação como “os profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades, incluídas as de direção e administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional” (Brzezinski; Garrido, 2006, p.11). A partir dessa mudança normativa, aponta as Autoras, que houve uma mudança no perfil dos estudos sobre a formação de professores no Brasil.

Durante o período 1997-2002 o sistema educacional brasileiro foi marcado por profundas mudanças. Por um lado, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, acarretou um amplo conjunto de reformas políticas visando modificar substancialmente o sistema brasileiro de educação, a concepção de práticas pedagógicas e, em decorrência, a formação dos professores. Por outro lado, o próprio movimento da pesquisa sobre a docência e o trabalho docente colocou em xeque o paradigma da racionalidade técnica que caracterizava a formação inicial e continuada do professor. Essas transformações exigiam, por isso, um profundo repensar sobre as *Concepções de Docência e de Formação de Professores*, categoria que engloba 47 autores no conjunto de 742 dissertações que empreenderam o estudo da questão (Brzezinski; Garrido, 2006, p.28).

Apesar de apontar para essa ampliação da compreensão sobre as pesquisas relacionadas aos profissionais da educação, o resultado do mapeamento temático feito pelas autoras apontam para a quebra de alguns

---

---

silenciamentos temáticos (aplicação de tecnologias de informação e comunicação (TIC) e das inovações pedagógicas, avaliações das modalidades de formação de professores a distância, formação de profissionais da educação infantil) e a manutenção do silenciamento de outros (formação pedagógica do professor do ensino superior, do profissional da educação para os ensinos profissionalizante e médio, violência na escola), e aqui acrescentamos, mais uma vez, o silenciamento sobre a formação de professores para a gestão.

O terceiro estudo, conduzido por Brzezinski e publicado em 2014, que traz como título *Formação de Profissionais da Educação (2003-2010)*, além de manter o parâmetro do segundo e as influências por ele apontadas, ressalta que esse último foi produzido no contexto de mobilização para a organização da II Conferência Nacional de Educação/2014 e da votação do Plano Nacional de Educação (2014-2014), no senado federal. Foi nesse contexto que a Autora trouxe, no Capítulo 1 do Relatório, intitulado “*FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: balanço crítico de teses e dissertações (2003-2007)*”, a discussão sobre a construção do conceito sobre a formação de profissionais de educação. Para tanto, fez uma retomada histórica dessa discussão desde a década de 1990 e a formação de professores, e ampliou a discussão a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que traz um título específico tratando “*Dos Profissionais da Educação*”. Aqui há que se ressaltar que o contexto que envolve os movimentos que se dedicam à educação, passa a reforçar a compreensão e o uso do conceito de profissionais da educação, em substituição a professores. Indica Brzezinski (2014, p.18) que isso decorre do “entendimento de que o professor e o pesquisador devem ser formados por meio de um Projeto Político-Pedagógico que promova, articuladamente, a formação do professor-pesquisador”.

O relatório *Formação de Profissionais da Educação (2003-2010)*, também aponta para a discussão sobre a regulamentação dos processos de formação dos profissionais da educação ao citar as deliberações do Conselho Nacional da Educação (CNE) através da Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia (DCNs), e do Parecer CNE/CEB nº 9, de 2 de abril de 2009, que referendou a concepção de profissionais do magistério trazida pela Resolução CNE nº 3/1997.

São considerados profissionais do magistério aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional, Educação Indígena), com a formação mínima determinada pela legislação federal de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1997).

Há que se refletir aqui que, o que normatiza a Resolução CNE/CP nº 1/2006, no tocante a formação dos profissionais da educação, está diretamente vinculada ao curso de pedagogia, e não a todas as licenciaturas. Assim, quando essa Resolução propõe a formação dos profissionais da educação, em nível de graduação, para atuarem na gestão escolar ou dos sistemas de ensino, restringe a possibilidade de ocupar essa função aos pedagogos, referendando o que aponta o artigo 64, da Lei 9.394/1996, que coloca a possibilidade dos demais licenciados como uma excepcionalidade vinculada à formação continuada em nível de pós-graduação.

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia **ou em nível de pós-graduação** (grifo nosso), a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (Brasil, 1996).

Aqui percebemos uma contradição entre o que se constitui enquanto dispositivo normativo, e o que nos aponta a realidade concreta do Brasil, haja vista, seja no contexto da gestão escolar, ou dos sistemas de ensino, com destaque para as redes e sistemas municipais, as atividades de gestão são realizadas por professores licenciados, sem pós-graduação específica na área da gestão, que ocupam cargos comissionados. Isso pode ser inferido da seguinte afirmação feita pela Autora quando se dedica a apresentar os resultados encontrados sobre a categoria de análise “*Políticas e propostas de formação de professores*”.

---

---

A análise de conteúdo, por um lado, permitiu identificar pesquisas emergentes em dissertações de mestrado, com os seguintes descriptores: impactos das políticas de formação de professores do campo, sob a denominação de Pedagogia da Terra; avaliação da política salarial dos profissionais da educação; impactos das diretrizes curriculares nacionais na prática de um curso de pedagogia; viabilidade do Projeto de Lei de Residência Pedagógica, como política de formação dos licenciados; e avaliação de uma proposta de educação para a diversidade étnico-racial (Brzezinski, 2014, p.114).

Esse conjunto de pesquisas no formato de estado da arte, consideradas pioneiras no Brasil, influenciaram diversos outros estudos e pesquisas (Maia; Hobold, 2014; Raimundo; Fagundes, 2018; Rosa *et al.*, 2020; Shigunov Neto; Yaegashi; Glatz, 2023). Maia e Hobold, (2014, p.3) constroem o seu Estado da Arte sobre as pesquisas de formação e do trabalho docente a partir das produções trazidas pelo Grupo de Trabalho da Psicologia da Educação (GT-20), da ANPED, no período 2000-2011, citando como referências os estudos realizados André (2001 e 2006), e registrando que “no âmbito da formação de professores o componente afetivo, implícito na dimensão relacional entre professor e aluno, têm sido objeto de interesse das pesquisas do GT da Psicologia da Educação”. Rosa *et al.*, 2020 busca fazer o estado da arte sobre a formação inicial de professores, por meio de uma pesquisa bibliográfica a partir de artigos publicados em periódicos Qualis/CAPES com estratos A1 e A2. Seu levantamento identificou os seguintes temas centrais: Estratégias Pedagógicas, Tecnologia da Informação e Comunicação, Estágio supervisionado, Identidade Profissional, Articulação Teoria e Prática e Saberes Docentes. Shigunov Neto, Yaegashi e Glatz, (2023, p.275) trazem um mapeamento de artigos, vinculados às Reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), que tratam da temática da Formação de Professores e aponta para 10 temáticas prioritárias nos artigos submetidos: processos de formação; formação continuada de professores; formação de professores nas licenciaturas; formação de professores na educação matemática; TICs e formação de professores; formação de professores e diversidade; formação inicial de professores; políticas públicas de formação de professores; identidade docente e formação de professores nos cursos de pedagogia.

## SE A GESTÃO DAS POLÍTICA EDUCACIONAIS É FEITA POR PROFESSORES, ONDE ESTÃO OS ESTUDOS SOBRE O TEMA?

O Estado da Arte desenvolvido por Raimundo e Fagundes (2018) é o que explicitamente reivindica, cita, e reflete sobre a influência dos estudos pioneiros de André, Brzezinski e Garrido, e da Série *Estado do Conhecimento*, para a construção da sua pesquisa. No texto intitulado *Estado da arte sobre a formação de professores entre 2001 e 2016: um olhar sobre a produção brasileira a partir do Portal de periódicos CAPES/MEC*, os Autores buscam apresentar a ampliação do volume das pesquisas e produções publicadas no sítio do CNPq/Grupos de Pesquisa, considerando os primeiros 15 anos do século XXI. Para tanto, eles como palavras-chave a formação de professores ou formação docente, e, dentre seus objetivos específicos, buscaram destacar “os assuntos recorrentes que emergem dessa temática; as universidades e a representação geográfica de suas localizações; e as revistas e autores que aparecem com maior representatividade nesse período pesquisado” (Raimundo; Fagundes, 2018, p.894). Ao promover a revisão, a partir dos critérios estabelecidos para a pesquisa, no que diz respeito aos assuntos mais recorrentes trazidos pelos artigos sobre formação de professores, os autores construíram uma tabela que apresenta o seu resultado.

**Tabela 1:** Principais assuntos pesquisados entre 2001 e 2016

Assunto	Quantidade	Assunto	Quantidade
Estética	3	Teoria e prática	6
Experiência	3	Interdisciplinaridade	6
Gestão	3	Educação especial	6
Inovação	3	Identidade	6
Memória	3	História de vida	7
Profissionalização	4	Multiculturalismo	7
Qualidade	4	Psicologia	7
Modelo	4	Pesquisa	8
Saberes docentes	4	Curriculum	8
Reflexão	4	Estágio	12
Representações sociais	4	Inclusão	12
Competências	4	Avaliação	13
Didática	4	História	18
Educação do campo	4	Educação a distância	21
Filosofia	4	Tecnologias	25
Gênero e sexualidade	5	Políticas	42
Prática pedagógica	5	Outros	167

**Fonte:** Raimundo e Fagundes (2018, p.909)

Perante o cenário apresentado, Raimundo e Fagundes (2018) reiteram que os assuntos apresentados são genéricos “visto que cada um deles aborda várias dimensões”, e, assim como os demais Estados da Arte, não faz qualquer menção ao tema da formação de professores para a gestão de políticas públicas educacionais.

### **3. A FORMAÇÃO DO PROFESSOR GESTOR: onde estão as pesquisas**

Para contribuir com os estudos no formato do Estado da Arte sobre a Formação de Professores ou Profissionais da Educação, buscando a relação da formação com a atuação profissional para a gestão das políticas públicas educacionais, fizemos um mapeamento sobre o tema no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (Tabela 2). O recorte temporal utilizado foi iniciado no ano de 2002, com a formalização da Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, através dos cursos de licenciatura com a graduação plena, e se findou no ano de 2022. A busca procurou associar, de forma específica, a formação de professores com a gestão das políticas educacionais. Para tanto foram utilizados como descritores: formação + gestão educacional, formação de professores + gestão educacional, formação de professores + gestão, formação docente + gestão, docência + gestão, gestão educacional + formação de professores, profissionais da educação + gestão. Registramos que com a utilização dos referidos descritores, não foram encontrados registros de produções sobre a temática nos anos de 2005, 2008, 2011, 2012, 2016.

**Tabela 2:** Dissertações e teses produzidas no período de 2004 a 2022 que associam formação de profissionais da educação e gestão educacional

Ano/Defesa	Dissertação	Tese	Total/Ano
2004		1	1
2006	1		1
2007	1		1
2009	2		2
2010	2		3

SE A GESTÃO DAS POLÍTICA EDUCACIONAIS É FEITA POR PROFESSORES, ONDE ESTÃO OS ESTUDOS SOBRE O TEMA?

2013	1		1
2014		1	1
2015	6		6
2017	4		4
1018	3		3
2019	2	2	4
2020	1		1
2021	1		1
2022	1		1
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>4</b>	<b>29</b>

**Fonte:** Elaborado pelo Autor a partir do Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES

Ao promover uma verificação mais específica sobre os títulos, resumos e palavras-chave dos 29 trabalhos encontrados com os descritores que associam formação de professores e gestão educacional foi possível identificar que apenas 14 deles faziam referência ou a formação de professores ou a gestão, e que, necessariamente, não se tratava de gestão de políticas educacionais, mas da gestão de unidades de ensino, ou seja, gestores escolares. Aqui fica patente a aproximação da compreensão de que a gestão das unidades de ensino é tomada como gestão educacional ou de políticas educacionais. Dessa forma, dos 14 trabalhos, 6 deles falam diretamente dos diretores escolares. Outros 5 estudos tratam da formação inicial do pedagogo perante a sua profissionalidade e identidade, com 2 dos 5 estudos refletindo sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação do pedagogo, e, uma das pesquisas de mestrado faz referência à articulação entre a docência e a gestão, contudo, aborda apenas o pedagogo e não traz para a reflexão os professores das demais licenciaturas.

O que se observa no contexto das pesquisas sobre a formação de professores e sua articulação com a gestão educacional é a inexistência de produções acadêmicas sobre o tema, e, mesmo aquelas que buscam, de alguma forma estabelecer essa relação, trata em si da gestão escolar e não da gestão das políticas educacionais nos sistemas de ensino. Desse modo, diante deste vazio, é necessário que se incentive o desenvolvimento de estudos que reflitam

---

sobre a atuação dos professores licenciados para além da docência, tomando a gestão das políticas educacionais como um espaço ocupado por professores.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A escrita desse texto se propôs a contribuir com as em formato do Estado da Arte, tomando este como um instrumento fundamental para cartografar o panorama dos estudos desenvolvidos sobre a formação de professores no Brasil, desde os trabalhos de pesquisa pioneiros desenvolvidos por André (1999, 2002; 2010), Brzezinski e Garrido (2006, 2014), Brzezinski (2014), Gatti e Barreto (2009, 2011). Essas pesquisas, referendamos, deram uma enorme contribuição ao definir parâmetros seguros e consistentes para influenciar outros estudos sobre o tema, por delinear categorias de análise, e princípios metodológicos, alinhados com as transformações que a profissionalização docente sofreu nas últimas três décadas.

Ao optar pelo formato de Estado da Arte, como estrutura investigativa, compreendemos que ela é essencial para traçar o perfil histórico dos temas que envolvem a formação de professores que, gradativamente, passaram a ter a atenção dos pesquisadores. Os Estados da Arte mais recentes (Maia; Hobold, 2014; Raimundo; Fagundes, 2018; Rosa et al., 2020; Neto; Yaegashi; Glatz, 2023). Maia e Hobold, (2014, p.3), trazem consigo a influência dos pioneiros, e, no contexto das transformações normativas e a implementação de políticas de formação de professores, refletem sobre as ressignificações conceituais, temáticas e de abordagem sobre a formação dos profissionais da educação. Contudo, ressaltamos que, apesar da ampliação consistente das temáticas envolvidas nas pesquisas sobre a formação de professores, há um ponto comum entre as pesquisas pioneiras e as mais recentes, que é o silenciamento sobre a formação de professores ou profissionais da educação para atuarem como gestores das políticas públicas educacionais junto aos sistemas de ensino.

Diante do cenário trazido pelas pesquisas em forma de Estado da Arte, o resultado do mapeamento que realizamos sobre a interação entre formação de professores e gestão de políticas educacionais, inicialmente, busca tirar esse tema do silenciamento, e provocar a reflexão sobre a formação dos professores licenciados para além da docência. Em seguida, nos põe diante do desafio de

---

## SE A GESTÃO DAS POLÍTICA EDUCACIONAIS É FEITA POR PROFESSORES, ONDE ESTÃO OS ESTUDOS SOBRE O TEMA?

---

refletir sobre os processos de regulamentação da profissão docente e das políticas públicas de formação dos profissionais da educação, num contexto em que se faz necessário efetivar as políticas de educação sobretudo nos sistemas municipais de ensino, que contam com um número pequeno de profissionais em suas redes, mas que tem o dever de efetivar as prescrições trazidas nos documentos de gestão como os Planos de Educação.

Essas iniciativas de estudo em formato de Estado da Arte têm contribuído para fortalecer a pesquisa sobre a formação de profissionais da educação como um campo autônomo de pesquisa, além de possibilitar a disponibilização de quadros temáticos capazes de influenciar a condução dos debates e o planejamento das instituições públicas sobre as demandas a serem contempladas pelas políticas de formação dos profissionais da educação, para a docência, e para além da docência.

## REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. de et. al. Estado da Arte da Formação de Professores no Brasil. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68, Dezembro/99. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/TJLC6dqDhsWxMMmYs8pkJJy/?lang=pt&format=df>. Acesso em: 22 de mai. 2024.
- ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Formação de professores no Brasil (1990-1998)**. Brasília: MEC/Inepe/Comped, 2002. Disponível em: <https://estadocognoscimento.inep.gov.br/ojs3/index.php/estadocognoscimento/issue/view/415>. Acesso em: 28 mai. 2024.
- ANDRÉ, M. E. D. A. de; ROMANOWSKI, J. P. O tema formação de professores nas teses e dissertações brasileiras, 1990-1996. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 22., 1999, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPEd, 1999. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001243826>. Acesso em 28 mai. 2024.
- ANDRÉ, M. E. D. A. de. A. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. **Educação**. Porto Alegre, PUC/ RS, v. 33, p. 6-18, 2010. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/8075>>. Acesso em 18 mai. 2025>.

---

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 27833, 23 dez. 1996. PL 1258/1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE nº 3, de 8 de outubro de 1997**. Fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, DF, MEC, 1997. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7050-rceb003-97-1&category\\_slug=novembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7050-rceb003-97-1&category_slug=novembro-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em 20 de mai. 2025

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, DF, MEC, 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)>. Acesso em 20 de mai. 2025

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 9, de 2 de abril de 2009**. Revisão da Resolução CNE/CEB nº 3/97, que fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, DF, MEC, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb009\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb009_09.pdf)>. Acesso em 20 de mai. 2025

BRZEZINSKI, I.; GARRIDO, E. **Formação de profissionais da educação (1997-2002)**. Brasília: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: <<https://estadocognoscimento.inep.gov.br/ojs3/index.php/estadocognoscimento/isue/view/419>>. Acesso em 18 mai. 2025.

BRZEZINSKI, I. **Formação de profissionais da educação (2003-2010)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014. Disponível em: <<https://estadocognoscimento.inep.gov.br/ojs3/index.php/estadocognoscimento/isue/view/422>>. Acesso em 18 mai. 2025.

Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE nº 3, de 8 de outubro de 1997**. Fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, DF, MEC, 1997. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7050-rceb003-97-1&category\\_slug=novembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7050-rceb003-97-1&category_slug=novembro-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em 20 de mai. 2025

---

Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, DF, MEC, 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)>. Acesso em 20 de mai. 2025

Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 9, de 2 de abril de 2009.** Revisão da Resolução CNE/CEB nº 3/97, que fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, DF, MEC, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmddocuments/pceb009\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmddocuments/pceb009_09.pdf)>. Acesso em 20 de mai. 2025

FERREIRA, N. S. de A. Pesquisas intituladas estado da arte: em foco. **Revista Internacional de Pesquisa em Didática das Ciências e Matemática**, [S. I.], v. 2, p. e021014, 2021. Disponível em:  
<https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/revin/article/view/524>. Acesso em 18 mai. 2025.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. de S.; ANDRÉ, M. E. D. de A. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

MAIA, T. C. dos S. da; HOBOL, M. de S. ESTADO DA ARTE SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E TRABALHO DOCENTE. **Psicologia da Educação**. São Paulo, 39, 2º sem. de 2014, pp. 3-14. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/psicoeduca/article/view/26697>>. Acesso em 18 mai. 2055.

NÓVOA, A. **Escolas e professores proteger, transformar, valorizar**. Salvador: SEC/IAT, 2022.

ROSA, J. R. M. V. da; OHIRA, M. A.; PEREIRA BACCON, A. L.; LUCAS, L. B. O ESTADO DA ARTE SOBRE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES. **Crítica Educativa**, [S. I.], v. 6, n. 1, p. 1–13, 2020. DOI: 10.22476/revcted.v6.id425. Disponível em:  
<https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/425>. Acesso em: 19 maio. 2025.

RAIMUNDO, J. A.; FAGUNDES, M. C. V. Estado da arte sobre a formação de professores entre 2001 e 2016: um olhar sobre a produção brasileira a partir do Portal de periódicos CAPES/MEC. **Roteiro**, vol. 43, núm. 3, pp. 891-918, 2018.

---

Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/17298>.  
Acesso em 18 mai. 2025.

SHIGUNOV NETO, A.; YAEGASHI, S. F. R.; GLATZ, E. T. M. de M. Estado da arte da pesquisa sobre formação de professores no Brasil: análise da produção acadêmica entre os anos de 2000 e 2019 nas edições nacionais da ANPEd. **Temas & Matizes**, [S. l.], v. 17, n. 31, p. 253–288, 2024. DOI: 10.48075/rtm.v17i29.32214. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/32214>>. Acesso em: 19 maio. 2025.